

O vintismo: realidades e estrangulamentos políticos**

1. Não tem consistência científica a ideia de que a movimentação cívica e militar verificada no nosso País em Agosto e Setembro de 1820 foi obra da Maçonaria. Constitui, porém, uma objectividade histórica o enorme avanço das forças maçónicas no triénio vintista, muito embora ainda então sem hegemonia política acentuada.

2. Carece também de base científica a doutrina de que a revolta do Porto e a adesão subsequente das províncias foram obra dos liberais rousseauneanos ou afrancesados à 89. De facto, foram o produto de uma coalizão de descontentamentos, com motivações e tipificações irredutíveis, que iam da direita marginalizada à esquerda irredenta, dos fidalgos transmontanos e beirões à inteligência radical de Lisboa. As indecisões e indefinições, a seguir ao 24 de Agosto no Porto e ao 15 de Setembro na capital, até à Martinhada (11-18 de Novembro de 1820) têm tudo a ver com a realidade coaliziva do vintismo, na fase de arranque. A aliança táctica da esquerda radical e da direita descontente, na Martinhada, contra Fernandes Tomás e a ala gradualista e moderada do vintismo resultou, primordialmente, do improvisado das ideologias e do contraditório das formações políticas em presença no campo revolucionário. Um abalizado direitoista, António da Silveira Pinto da Fonseca, presidiu à Junta do Porto; outro direitoista não menos abalizado, Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, comandou o exército de operações; e um terceiro direitoista igualmente abalizado, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, assumiu a chefia da guarnição da capital.

3. O desenlace da Martinhada atirou pela borda fora do vintismo a direita descontente, empurrando-a para o campo reaccionário. Desencadeou, simultaneamente, um processo de

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

** Síntese da análise feita nos livros *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, 2 vols., de aparição iminente, e *A Crise da Consciência Ideológica Portuguesa no Primeiro Quartel do Século XIX*, de próxima aparição, escritos em colaboração com Graça Silva Dias.

radicalização na massa dos oportunistas vindos do antigo regime. O facto envenenou a acção da ala radical, tornando-a, em grande parte, objectivamente contra-revolucionária.

4. As eleições (Dezembro de 1820) e a instalação das Cortes Constituintes (Janeiro de 1821) arrumaram as forças liberais em três alas: os moderados (entre os quais se infiltraram autênticos reaccionários), os gradualistas e os radicais.

5. Não havia discrepâncias significativas entre essas alas pelo que respeitava aos direitos e garantias individuais, aos direitos e liberdades cívicas e políticas, à separação dos poderes do Estado, à liberdade de imprensa em matéria estranha ao dogma e à moral, ao carácter electivo, por sufrágio popular, do Parlamento e dos órgãos da administração local, e à igualdade dos cidadãos perante a lei, perante o foro e perante o acesso aos cargos políticos.

6. Havia, porém, discrepâncias entre os moderados, de uma parte, e os gradualistas e radicais, de outra, no tocante à organização das Cortes em duas Câmaras, ao veto absoluto da realza em matéria legislativa, ao poder régio de dissolver as Cortes, à existência de uma censura prévia para os escritos relativos ao dogma e à moral, à (ou não) interferência do Parlamento na acção do Governo coberta pela lei, à primordialidade da gestão da conjuntura ou à da reforma das estruturas.

7. Havia também discrepâncias entre os gradualistas e os radicais no que se refere à profundidade, extensão e celeridade de acumulação das reformas de estrutura social e económica, assim como no que tange ao saneamento do funcionalismo e ao ostracismo, ou mesmo esconjuro político, do elemento conservador da sociedade portuguesa.

8. A estas três alas da família vintista correspondiam três modelos políticos: o constitucionalismo inglês, preferido (sem excluir reajustamentos para mais liberal) pela ala moderada; o modelo francês da época da Convenção, preferido (também com reajustamentos para menos violência) pela ala radical, e o modelo espanhol de Cádiz, preferido (igualmente com reajustamentos) pela ala gradualista.

9. Depois da Martinhada e das discussões sobre as bases da Constituição, os radicais puseram os gradualistas na necessidade táctica de alinharem frequentemente com eles, deixando a sua estratégia entre parênteses até mais ver. Os radicais exerciam uma pressão enorme sobre os gradualistas nas Cortes, na Imprensa e nas manifestações de rua. Os gradualistas viram-se, nestas condições, forçados a praticar (e a perspectiva até lhes agradava) uma táctica de neutralização — mais ainda: de anulação — dos moderados, na esperança de herdar as suas bases,

na realidade, porém, atirando-as para fora do regime e, com o tempo, para os braços da contra-revolução. Os moderados, politicamente falando, deixaram na verdade de existir desde os meados de 1822 e quase não têm assento na segunda legislatura das Cortes, substituídos, como foram, nestas pelo contingente reaccionário.

10. Do pensamento e acção dos radicais faziam parte, como teses salientes, a marcha imediata, acelerada, de um salto, para as estruturas específicas de uma sociedade liberal pequeno-burguesa; a identificação, no tempo histórico e governamental, do foro do teórico e programático com o foro do político e executivo; a falta de sentido da correlação de forças e dos seus reflexos tácticos; o recurso à violência ideológica, política e física, para o rápido avanço no sentido do liberalismo «real»; a indistinção do liberalismo dogmático, do liberalismo institucional e do liberalismo realizado (ou realizável); o pensamento do liberalismo em francês e como se Portugal fosse uma província de França.

11. Caracteriza o gradualismo a ideia de que o progresso para o liberalismo teria de se objectivar por fases; a consciência explícita da realidade histórica nacional e do seu papel como factor de correcções do liberalismo dogmático; o senso agudo da importância da correlação de forças para a cronometragem das reformas e para o estabelecimento do seu grau de conteúdos, bem como para a definição dos movimentos tácticos; a noção da elasticidade (limitada) da consciência possível das bases sociais de apoio do liberalismo; a destrinça entre a enunciação especulativa (ideológica) e a objectivação operativa (institucional e concreta); uma sensibilidade muito viva para o que separava, metodológica e teleologicamente, o legislar e governar em regime absolutista e o legislar e governar em regime liberal.

12. Os moderados aceitaram, e queriam até, as instituições políticas liberais; não eram infensos à ideia de mudanças estruturais, desde que fossem lentas, comedidas e calculadas; primordializavam a prática de uma gestão esclarecida, enérgica e liberal da conjuntura legada ao vintismo pelo antigo regime; apoiaram, apesar disso, embora procurando temperá-las, quase todas as reformas estruturais discutidas e decretadas pelas Cortes; taticamente, mostravam mais empenho no político e conjuntural do que no social e estrutural.

13. Não eram muito precisas nem muito definidas as bases sociais de apoio, militantes e genuínas, de cada uma destas alas. O cartaz das figuras de proa, resultante, em grande parte, dos seus dons oratórios, e a linguagem frequentemente radical do sector maioritário da imprensa baralhavam a consciência e a capacidade de opção de numerosas falanges das bases. A perplexidade era nestas mais frequente do que a lucidez. No entanto, em termos de tendência, e não de globalidade, e posta

de lado a massa enorme dos votos úteis, pelo seu futuro incerto, julgo poder dizer-se:

- a) Que a base social de apoio dos moderados eram a alta burguesia comercial e a burguesia industrial (esta última ainda, como se sabe, primordialmente artesã e, no escasso núcleo capitalista, sem uma mão-de-obra ideológica ou politicamente consciencializada); os comerciantes e os proprietários vilãos; a pequena burguesia rural do Centro e Norte do País; a fidalguia deserddada, empobrecida ou aburguesada; faixas importantes do médio funcionalismo, da pequena nobreza e do baixo clero provinciais;
- b) Que a base social de apoio dos gradualistas eram as poderosas profissões liberais, o poderoso médio funcionalismo e o influente e activo corpo de comércio urbano (os três grupos com interesses consideráveis nos sectores agrícola e financeiro); o baixo funcionalismo urbano, a média burguesia rural; uma parcela dos intelectuais e do baixo clero;
- c) Que a base social de apoio dos radicais eram uma parte significativa da intelligência liberal de Lisboa e da província; franjas apreciáveis da média e alta aristocracia lisboetas; o pequeno comércio e o baixo funcionalismo da capital; os caciques vilãos e rurais acossados pelas rivalidades de campanário.

14. Nenhuma das alas constituía o que hoje se chama um partido, e, muito menos, um partido de classe. Eram todas formações interclassistas, embora com predomínio de um ou de alguns estratos socioeconómicos mais afins, polarizadas em torno de personalidades. É assim contrário à realidade histórica pôr, no período de 1820 a 1823, a burguesia de um lado e a nobreza e o clero de outro. Primeiro, porque a nobreza e o clero, em termos de massas e fosse qual fosse o seu voto útil, estavam fora do campo liberal; segundo, porque a burguesia, sobretudo a burguesia politicamente consciencializada, formava uma camada demográfica pouco numerosa; terceiro, porque só numa linguagem de grande impropriedade se pode falar em Portugal, nesta época, de burguesia: na realidade, havia, sim, burguesias, com interesses bastante contraditórios; quarto, porque nenhuma das burguesias — nem a dos serviços (função pública), nem a comercial, nem a industrial, nem a agrária — formava um corpo verticalmente unido e, no seu conjunto, ideológica ou politicamente não alienado. Não esquecer, para lá de tudo isto, que a restante massa populacional, que o mesmo é dizer, o grosso da Nação, estava enfeudada, sobretudo nos meios rurais (e Portugal era um país escassamente urbanizado), à nobreza e ao clero.

15. Os radicais fizeram uma guerra veemente e aturada aos gradualistas até Janeiro-Fevereiro de 1823, procurando desacreditá-los perante a opinião pública e paralisar a acção dos

governos (pelo geral, de centro-esquerda). Ferreira de Moura e Silva Carvalho, para já não falar de Fernandes Tomás e Silvestre Pinheiro Ferreira (este último um moderado *sui generis*), não foram poupados pelo *Astro da Lusitânia*, *O Patriota*, *Le Regulateur* e outros jornais radicais menos importantes.

16. As reformas em série mostraram-se, fora do papel, uma realidade polémica escaldante, mas geradora de resistências e oposições e sem viabilidade para se traduzirem, como de facto não se traduziram, em prática económica e social. Tendo sido instrumentos de agitação e só escassamente instrumentos de acção, concorreram — juntamente com a pressão dos radicais e a política invertebrada dos gradualistas — para que a conjuntura fosse esquecida, o Estado mal gerido e as forças extrínsecas ao vintismo engrossadas e aguerridas. O avanço da direita, digamos de maneira mais precisa, o avanço da reacção, não se produziu *ex nihilo*; e, objectivamente, a esquerda vintista não foi alheia ao fenómeno, bem pelo contrário.

17. As contradições das forças liberais em movimento no interior do vintismo impediram as plataformas de governo e de programas de governo. Impediram também que se formulasse e acabasse uma política externa conducente à viabilização internacional do regime vintista: admitiu-se, frequentemente, que os exércitos portugueses e espanhóis, unidos, poderiam ir implantar o liberalismo nos Estados da Santa Aliança!

18. Sequela das contradições em processo no interior das forças liberais foi ainda que os governos se compusessem, na maioria, de indecisos ou de nulos e que os raros espíritos luminosos e decididos, como Silvestre Pinheiro Ferreira, vissem o seu projecto ilaqueado. A inércia e a ineficácia dos executivos estão intimamente ligadas com esta fenomenologia, quer quanto ao seu entorpecimento de gestão perante a conjuntura, quer quanto à sua incapacidade para pôr em prática as reformas estruturais e desenvolver uma política coerente e convincente.

19. Os radicais não compreenderam de maneira nenhuma que o que vem nos livros só é politicamente exequível numa prática de situação — prática que se reporta à realidade histórica do País; às conjunturas nacional e internacional, económica e política, imediatas; à correlação das forças globais em presença. Os gradualistas tinham uma perspectiva teórica e programática diferente, mas desviaram-se dela, com frequência, nos comportamentos tácticos. Deixaram assim os moderados sem espaço político, riscando-os — e, o que é mais grave, riscando as suas bases — do mapa do vintismo. Bipolarizaram Portugal, deste modo, em torno da revolução e em torno da contra-revolução.

20. Os radicais, descontadas as suas franjas, eram liberais devotados e, em geral, homens inteligentes. Os gradualistas,

além de inteligentes e devotados, eram liberais sinceríssimos. Os moderados, a despeito das suas indecisões e indefinições, apostavam no regime saído da revolução de Agosto. Em vez de se unirem, porém, procuraram reciprocamente eliminar-se estas alas. Não houve a inteligência de que revoluções em regime liberal não se fazem sem maiorias substanciais. E a maioria substancial é um mito sem a mediação de um compromisso histórico. Foi um compromisso histórico *avant la lettre* e sem fundamentação teórica que trouxe o liberalismo a Portugal, em 1834.